

Do Umbigo à Convivência Social: Uma Longa e Desafiadora Trajetória para o Ser Humano

::: Wilson Moura :::

Doutor em Psicologia Social (FGV), Professor aposentado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social pela UERJ, da Faculdade Latino-Americana em Ciências Sociais (FLACSO) e do Mestrado em Psicologia da UCP



A convivência social, entendida aqui como sendo a convivência pacífica entre pessoas e/ou grupos, embora de indiscutível relevância para todos nós seres humanos, de tão debatido e exaurido, ao ser de novo invocado parece, em princípio, que se deseja discorrer sobre um truísmo. Afinal, trata-se de um assunto esmagadoramente pesquisado, estudado e publicado. Entretanto, cabe aqui um questionamento: porque, então, tanto o noticiário das diferentes mídias, quanto as conversas que animam o cotidiano das pessoas versam, na sua grande maioria, sobre um ou vários, dos problemas sociais ligados intimamente à convivência social? Alguns dos exemplos são os inúmeros fatos invocados relacionados à violência, à insegurança pública, à corrupção, ao desgoverno, à desigualdade social, à esperteza, ao egoísmo e ao espantoso aumento da insensibilidade. Nesse cenário, acrescenta-se, ainda, outras nuances a alimentar os diálogos e opiniões antagônicas. Serão esses problemas sociais antigos ou atuais, reais ou artificiais? Nesses aspectos as controvérsias animam os debates sem que nenhum dos argumentos levantados consiga prevalecer sobre o outro. Há os que defendem ardentemente que tudo isso que vê e se sofre, hoje em dia, é uma decorrência da decadência das sociedades, da falta de limites generalizada que se observa no mundo. Já outros sustentam que não é uma questão universal e sim local, devido à falta de rumo no qual se encontra o país. Outros destacam que desde que o homem evoluiu das hordas primitivas e passou a conviver em grupos até chegar às sociedades modernas, os problemas sociais - a miséria, a fome, a desigualdade, a violência, enfim os mais variados horrores se fizeram presentes. O que acontecia antigamente é que os meios rudimentares de difusão não possibilitavam que se tomasse conhecimento das barbaridades cometidas, a não ser os relatos, nem sempre precisos e nem sempre registrados, dos sobreviventes, caso existissem. Quanto ao propalado poder da mídia que pri-

vilegia somente as tenebrosas notícias que vendem, criando um clima artificialmente insustentável para atender, quem sabe, a interesses políticos subjacentes, os que se contrapõem refutam afirmando que a mídia aumenta, mas não inventa, logo a realidade encontra-se, sim, cada vez mais desumana.

A despeito de se buscar respostas conclusivas e definitivamente esclarecedoras sobre as questões anteriormente levantadas, uma grande indagação permanece: por que tanta dificuldade de se conviver com o outro, se afinal dependemos tanto do outro? Se nos compararmos, por exemplo com uma tartaruga marinha. Este pequeno ser, ao sair do ovo, começa a sua vida sem que ninguém o proteja e, no seu percurso solitário até a água, tem que se livrar, ainda, do assédio de predadores, o mesmo acontecendo quando dentro d'água, tem que garantir, por conta própria e com muita tenacidade, a sua alimentação. Já o ser humano depende totalmente da proteção e cuidados de uma mãe ou um substituto que lhe dê o leite ou um alimento qualquer, capaz de suprir as suas necessidades. E assim mesmo diretamente administrado em sua boca até a uma idade em que consiga se alimentar sozinho e, mais tarde, por conta própria. Imagine uma mãe isolada que dê a luz ao seu bebê e morra solitariamente no parto, ou então, abandone o recém-nascido. Podemos imaginar o que acontecerá com esse ser, caso não exista ninguém que o socorra.

Talvez a mais simples, básica e profunda indagação que nos fazemos seja - quem sou eu? Mas até nessa condição, tão íntima e subjetiva, a nossa dependência é total. Caso não tenhamos um *feedback* do outro, dificilmente teremos consciência da nossa identidade. Um processo que começa no berço, com a designação do nosso nome escolhido pelos nossos pais ou cuidadores iniciais e devidamente compartilhado pelo coletivo organizado que dá o seu aval através de um documento, cuja exibição será invocada ao longo de toda a nossa existência. Sem con-

tar outros certificados que serão agregados pois, a cada instante, temos que comprovar, valendo-nos sempre do testemunho e aval dos outros de que “eu existo”, “ainda estou vivo” e de que “eu sou eu e não o outro” ... Tal saga nos acompanha até o ato final, a despedida da vida - a certidão de óbito - a comprovação do coletivo de que não mais existimos... É por isso que vários pensadores afirmam, que grande parte de todo empenho dispendido pelo ser humano em vida é no sentido de sermos reconhecidos pelo outro, pois carregamos conosco desde que nascemos essa eterna dúvida existencial - quem sou eu? (Harré, 1982; Honeth, 2003). Recentemente foi divulgado pela internet o curioso caso de uma criança de aproximadamente cinco anos, de nome Madina, recolhida pelo Serviço Social da cidade de Ufa (Rússia), após denúncia. Esta criança, filha de mãe dependente química que, segundo depoimentos da vizinhança, frequentemente desaparecia, foi encontrada num pequeno apartamento de um conjunto residencial, quase desnuda, pronunciando somente as palavras - sim e não - rastejando e uivando que nem os cachorros com quem efetivamente convivia. Os responsáveis pelo caso supõem que a criança, aliás considerada muito afetiva, não só deve ter se alimentado da comida, bem como se aquecido com os cachorros, pois senão dificilmente teria sobrevivido. Embora saiba-se que foi adotado todo o sigilo necessário à preservação da identidade da criança, todos os interessados nesse raríssimo fenômeno aguardam ansiosamente que, daqui há algum tempo, possa ser publicado os detalhes sobre as estratégias, respostas e resultados de todo o processo de ressocialização. O que fica, contudo, mais do que evidenciado, é a comprovação empírica da nossa extrema dependência do outro, uma vez que somente nos tornamos humanos se formos socializados por outro ser humano.

Mas, de volta ao início, nada do que foi até agora comentado exclui o fato de que o tema, em si,

é recorrente e resulta, na sua maioria em encaminhamentos e conclusões óbvias. Entretanto, talvez aí se encontre um ponto de partida para grandes indagações. Um convite à reflexão, embora devamos temer o impulso angustiante que tal atitude suscita: a aventura traiçoeira da busca da verdade. É que esta sempre se revela sedutora, ardilosa, volúvel e inatingível. Ao considerarmos algo óbvio e já conhecido, desprezamos o fato de que a natureza é por demais complexa para que tenhamos a pretensão de compreendê-la. O nosso conhecimento do mundo se vale primordialmente dos estímulos captados pelos sentidos para, em seguida elaborar as informações na percepção que, por sua vez, não conseguem dar conta da complexidade dos inúmeros estímulos que nos cercam. Para perceber alguma coisa, selecionamos, reduzimos o campo perceptual, deixamos de fora uma infinidade de informações, porque diante de uma multiplicidade de estímulos, concluímos que nada percebemos. Logo, todo conhecimento torna-se incompleto, sofre daquilo que Morin (1994) na sua perspectiva epistemológica denominou de *incompletude do conhecimento humano*, devido as nossas impossibilidades de compreensão. A cada percepção que realizamos deixamos de fora uma multiplicidade de informações que tornariam, por certo, essa realidade muito diferente da que foi percebida. Não desejamos com isso duvidar do acervo de conhecimentos disponíveis, fruto de experiências históricas e cientificamente acumuladas, a servir de orientação no enfrentamento das graves consequências produzidas pelos problemas sociais levantados. É que as certezas por vezes camuflam e impedem que se depreenda que todas as percepções responsáveis pelo nosso conhecimento só se tornaram possíveis porque sempre recortamos a realidade, deixando de fora uma quantidade enorme de dados, sob pena de nada percebemos. Esta é a razão para o convite a um aprofundamento e reflexão sobre a complexidade que se esconde de uma forma sub-

jacente nas entranhas do tema convivência social. E, uma advertência final necessária: devido a nossa formação, o viés será o psicossociológico.

Alguns pressupostos filosófico-existenciais sobre o ser humano

Segundo os existencialistas (Reynolds, 2014) o nascimento e a morte, os pontos cardeais, o ponto inicial e o ponto final da nossa trajetória existencial, deixam em relevo a profunda solidão humana. Ninguém nasce, nem ninguém morre por mim, logo a fuga da solidão em vida implica, necessariamente, em conviver, o que significa viver com o outro. Entretanto, os nossos desafios não param por aí, porque uma coisa é o nascer, uma manifestação que ocorre na esfera biológica, e que tem a sua origem no encontro de um espermatozoide vencedor com um óvulo disponível. Outra coisa é existir, uma construção gradativa decorrente das escolhas que realizamos em vida. Essa é a razão pela qual estamos condenados, inexoravelmente, a sermos responsáveis por nossa existência, porque somos o arquiteto e o operário do nosso projeto existencial, a subjetividade que orienta a nossa vida (Sartre, 2002). E acrescenta ainda este filósofo que para se alcançar o propósito de nos tornarmos o artesão de nossa existência, carecemos de um indispensável grau de liberdade que nos permita exercer as nossas escolhas que respondam, tanto às demandas materiais, quanto às de caráter existencial (Figura 1).

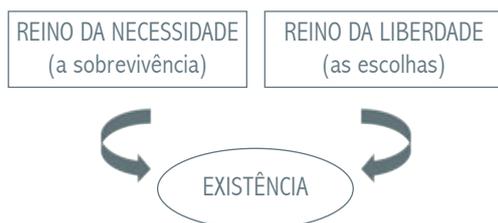


Figura 1 - Os reinos que determinam a existência humana, segundo Sartre

Diferente dos objetos que são somente são um ser-em-si, nós humanos somos também um ser-para-si, isto é, temos a consciência de nossa existência. E na medida em que nos desenvolvemos compreendemos a imensidão do mundo e a nossa insignificância perante o universo, o que provoca em nós um sentimento de inferioridade, que por vergonha escondemos, mas que irá nos acompanhar para sempre enquanto vivermos. Além de tudo, outras manifestações de caráter existencial começam a nos afligir. Por mais que busquemos nos precaver e tentar agir racionalmente a fim de evitar surpresas, a imprevisibilidade dos acontecimentos vão se sucedendo. Os riscos, os fatos consumados que enfrentamos e a nossa impotência diante deles vão desfazendo qualquer tentativa de achar, o que talvez algum dia presunçosamente já tivéssemos tido a pretensão, que podemos controlar o mundo. O que nos resta, então, é tão somente aceitar os revezes e reorientar o rumo de nossa vida. Diante dessa aleatoriedade do mundo, a clareza da nossa finitude assusta: somos efêmeros, como tudo que nasce, cresce e desaparece. A todo esse discernimento ainda pode ser acrescido uma outra sensação, que vez por outra pode vir a ocorrer, o sentimento de vazio existencial, a falta de um sentido para a vida. Tais estados de consciência têm sido objeto de considerações de diferentes estudiosos, pois provocam em nós o que Tillich (1976) denominou de *ansiedade existencial*, um estado para o qual o ser tem consciência do não ser, o que gera uma espécie de medo diante de um objeto totalmente desconhecido e simultaneamente indecifrável - o nada. Já Delpierre (1974) denomina tais reações de *angústia*, para ele uma espécie de medo não localizado, indeterminado, informe - a sensação do nada - algo que se inscreve muito mais no domínio do sensível, do que no do definível. Delumeau (2001), famoso historiador do medo, ressalta que tais estados caracterizam um *medo inespecífico*, pois não são provocados por nenhuma causa identificável e explícita. Embora dife-

renciando-se do medo específico, nem por isso deixa de provocar “um estado de desregulação das emoções capaz de gerar um caos interno”...

A despeito das controvérsias sobre a denominação, o que se deduz é que qualquer ser humano, por mais destemido, corajoso e pragmático que seja, em algum momento de sua existência terá que lidar com esse medo existencial, para o qual nenhuma iniciativa na esfera material ou objetiva poderá dissipar. Não é sem razão que grandes pensadores afirmam que o medo é a mais importante sensação a rondar a vida do homem. Enquanto Freud (2013) sustenta que “a mãe de todos os medos é a nossa impossibilidade de escapar da morte”, para Delpierre (idem) “a vida de todo ser humano vai depender da maneira como lida com o medo”. Sejam quais forem os argumentos encontrados para a superação dos nossos medos de natureza existencial, nada de concreto poderá ser consumado em razão de que as respostas encontram-se, tão somente, na esfera subjetiva e na reformulação dos nossos projetos existenciais. A propósito, não raro registrar-se que as pessoas tendem a adotar mecanismos inconscientes para lidar com os seus medos. Um exemplo é a obsessão por controle exibido pelos que, obstinadamente, tentam prever ou se prevenir de quaisquer

ameaças ou riscos, dado que tal atitude refletiria deveras o pavor oculto diante da realidade que se prenuncia imprevisível e impossível de ser domesticada. Uma outra alternativa seria a religião, a fé de que somos o produto de um criador, o que nos torna seres especiais e, portanto, com a garantia da eternidade da vida. E quanto ao vazio existencial, que vez por outra nos acomete, a busca incessante de um sentido para a nossa vida que pode nos trazer muitas frustrações. De início, podemos eleger um alvo material. Se conseguimos materializá-lo, a angústia pode permanecer. Talvez ela só desapareça se nos convenceremos de que o sentido da vida não se encontra fora de nós. Ele faz parte do próprio processo de construção da nossa existência, continuamente reestruturado e se extingue conosco.

O processo de socialização

Ao nascer, rompemos o vínculo físico que estabelecíamos com um outro ser, no útero materno, mas nem por isso nos tornamos autônomos, pois a nossa dependência permanece e, por muitos anos, para muito além do período inicial de aleitamento. Desde os primeiros momentos vamos sendo preparados, socializados, educados, em certo sentido “domesticados”

para que possamos nos capacitar a melhor conviver com o outro. Conforme esquema esboçado na figura 2, dependendo do espaço social no qual nos inserimos, os diferentes agentes, previamente socializados, ajudam-nos a estruturar as nossas percepções alimentando as nossas crenças, aquilo que julgamos seja verdadeiro, por isso, o que mais acreditamos. Em princípio, são crenças embrionárias mas, aos poucos, vão se confirmando e se consolidando. Com o passar do tempo e o acúmulo, umas tendem a se sobrepor a outras, surgindo, então, uma hierarquização em que algumas atingem o topo se transformando em valores (Rokeach, 1981). Caso consideremos que alguma ou determinadas crenças são verdades absolutas, logo inquestionáveis, estas se convertem em dogmas, impossíveis de serem reformuladas ou descartadas, devido às incertezas, inseguranças e implicações existenciais que acarretariam. Deste modo um paradoxo se instala: quanto mais dogmas carregarmos mais certezas e segurança nas escolhas são propiciadas, em compensação, mais obstáculos a enfrentar na nossa convivência social, pois

reduzimos o campo de relações aos que somente compartilham conosco as mesmas verdades.

Mas, prosseguindo, em paralelo à elaboração do nosso sistema de crenças vamos incorporando os limites indispensáveis a nossa boa convivência, em cada contexto social que tivermos a oportunidade de vivenciar. As normas, regras, leis, tabus, sanções, responsabilidades, deveres, obrigações, direitos, bem como os simbolismos e as práticas sociais adequadas a cada situação de vida, são os elementos fundamentais - o acervo cultural - cujo respeito, devidamente internalizados, servem de orientação e concorrem, em princípio, para uma maior harmonização e reciprocidade na interação social. Embora a socialização, entendida de uma forma genérica, nos capacite a convivência num cenário cultural amplo, faz-se necessário um aprendizado adequado, porque diferenciado, que nos capacite a nos comportar de acordo com os padrões culturais que regulam a convivência em cada ambiente específico.

Princípio Orientador Cultura	Espaço Social Agentes de Socialização
Crenças / valores / dogmas <ul style="list-style-type: none"> • Os controles: externos / internos • Os limites: normas, leis, regras, tabus, sanções, deveres, responsabilidades, obrigações, direitos • Os simbolismos • As práticas sociais 	Família / comunidade / país / nação Instituições: educação / religião / segurança/justiça / econômico / legislativo / governo Cultura Culturas Genérica Específicas

Figura 2 - Um esboço esquemático do processo de socialização

Algumas considerações sobre a dinâmica e desafios do processo de socialização

Ninguém desconhece que todo ser humano é simultaneamente emocional e racional, o que reveste todo o processo de aprendizagem social de

uma dinâmica imprevisível. Ademais a dialética entre o conhecimento já acumulado e o conhecimento novo, gera um campo de forças de resultados muitas vezes imprevisíveis, tendo em vista os dois sentimentos básicos para convivência social - o amor e o medo. A ambivalência destes sentimentos, por efeito da labilidade razão/emoção, reflexo da nossa condição humana, aumentam a aleatoriedade das

possíveis reações que somos capazes de manifestar diante do outro. Tanto o amor como o medo são sentimentos que nos aproximam do outro. A percepção de que o(s) outro(s) parecem ter semelhantes experiências, origens, gostos, atitudes, atraem e nos aproximam. O mesmo ocorre quando sofremos qualquer ameaça em comum, uma vez que o medo compartilhado tende a nos aproximar e a nos unir, criando uma atmosfera de solidariedade e confraternização. Todavia, em razão de interesses conflitantes, desenganos e intolerâncias, esse mesmo amor que outrora nos uniu ao outro, pode se transfigurar em ódio, o que desencadeia uma rejeição e o afastamento incontinenti do outro. Semelhante rejeição ocorre quando nos unimos em coletivos fechados e vislumbramos um desconhecido, alguém que pensa diferente, um forasteiro, um competidor, um invasor, enfim, uma possível ameaça. A intensidade do medo vivenciado pode vir a resultar que o grupo se feche ainda mais entre si e desencadeie, de uma forma mais coesa ainda, condutas violentas que conduzam até a eliminação do outro.

Apesar da impossibilidade de dissociação do binômio indivíduo/coletivo, conforme já exaustivamente comentado, os resultados de nossa socialização podem sofrer oscilações, transitórias ou definitivas, ao longo de nossa trajetória existencial, dependendo dos anseios que aspiramos num determinado momento histórico. Ora descambamos em busca da afirmação individual ou do resgate exclusivo dos nossos desejos, interesses e necessidades, até desconhecer totalmente o coletivo, ora a ênfase nos leva em direção a realização dos interesses coletivos, manifestando um empenho no compartilhamento de decisões, mesmo que estas nos sejam desfavoráveis, até anularmos completamente os nossos interesses. O difícil, como sempre, é a obtenção de um equilíbrio. Ao exagerarmos na intensidade de nossas escolhas direcionadas a uma das pontas do contínuo - individualismo / coletivismo - as consequências e implicações para a convivência social podem vir a ser desastrosas, conforme observa-se na figura 3.



Figura 3 - A socialização frente ao contínuo individualismo x coletivismo

Especial atenção deve-se ter quanto ao emprego dos termos “individualismo” e “coletivismo”, pois são palavras que abrigam distintas conotações. O individualismo que significa indivuação, processo pelo qual se chega à autonomia, à responsabilização das escolhas, à participação e ao comprometimento com o coletivo, é algo bastante positivo. Já o individualismo que representa uma ruptura, um basta

aos interesses coletivos para se concentrar numa dedicação exclusiva aos interesses individuais, concorre para a desarmonia e desintegração social. A continuar nesse percurso de isolamento, atinge-se o ápice de individualismo - o egoísmo - caracterizado pela insensibilidade ao sofrimento do outro, um estado de alheamento e negação total de que o viver é, antes de tudo, conviver com o outro. Quanto

ao coletivismo, o estágio no qual se manifesta, em cada membro, um grau de sensibilidade e comprometimento com os interesses gerais, sem deixar de considerar as respectivas autonomia de escolhas, as diferenças e interesses particulares, é o que seria o desejável. Quando, contudo, se exagera nas medidas que visam reprimir quaisquer manifestações divergentes e críticas, chega-se ao perigoso estágio de transformação de um coletivo em rebanho, uma fonte tensões e reações capazes de produzir consequências, por vezes, desastrosas. E se a repressão dos interesses individuais prossegue, atinge-se ao perigoso estágio de anulação do indivíduo, um estado de mecanização das ações, de falta de energia e criatividade para enfrentar os obstáculos da vida.

Os fatores de união e de rejeição social

Por mais que o ser humano busque na razão fundamentos que justifiquem a necessidade irrefutável da coesão social, o único “cimento social”, o fator capaz de unir e consolidar os vínculos entre as pessoas, a despeito de conflitos de interesses e de inúmeras outras diferenças é - a origem - quer seja ela a material ou a imaterial. O sentimento de que provimos do mesmo lugar, de que somos filhos da

mesma mãe-terra, da mesma nação propicia-nos a sensação de que, embora nem conheçamos um ao outro, estamos unidos, irremediavelmente, por um laço comum - a nossa origem comum territorial ou terrena. O mesmo ocorre no que concerne a crença sobre a nossa origem espiritual, uma vez que todas as religiões nos colocam como criaturas ou filhos de um criador, o que confirma a nossa origem comum. Entretanto, essas mesmas convicções, tanto a de natureza física ou a espiritual, se refletem na convivência social, através dos sentimentos básicos de amor e ódio suscetíveis de reações contraditórias (Figura 4). Os que se julgam oriundos de um mesmo espaço físico ou cultural - pátria ou nação - tendem a se agregar, a nutrir entre si um sentimento de amor fraterno, ao mesmo tempo que repudiam, porque temem, os que não possuindo a mesma origem são vistos como estrangeiro e, quem sabe, uma possível ameaça. Na esfera espiritual a mesma crença religiosa também gera entre os que a comungam um vínculo de amor como se fossem iguais, sentimento este que os aproxima na fé, mesmo sabedores das grandes desigualdades que os separam. Por outro lado, esta coesão mais se fortalece diante daqueles que sustentam crenças distintas, pois os que defendem essas ideias ameaçam os dogmas que compartilham e, por conseguinte, devem ser afastados,

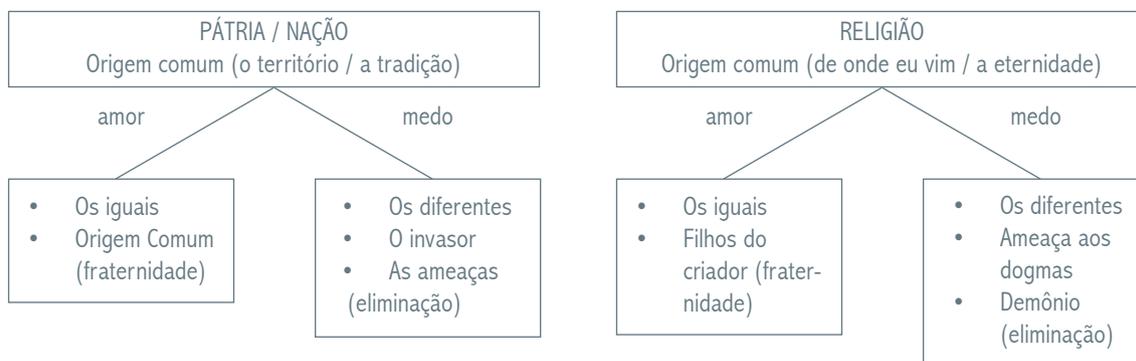


Figura 4 - O amor e o medo, as sementes da integração e desintegração social

ou até eliminados, porque não suportariam ter que revê-las e sofrer as consequências do desmoronamento de suas verdades...

O que se pode inferir, diante das dificuldades apontadas, é que a ambiguidade dos vetores aproximação/afastamento acompanha a trajetória da convivência humana, o que nos leva a ter sempre como pressuposto as desconfianças em relação a qualquer solução absoluta que vise a harmonia social que não considere as discrepâncias dos seus efeitos perversos.

A tecnologia, as mudanças e suas implicações

Se é verdade que na antiguidade os povos demonizavam a tecnologia, como é o caso da cultura sumeriana, onde só se cultivava com as próprias mãos, pois o solo era sagrado, um presente dos deuses capaz de suprir a nossa sobrevivência e, portanto, não poderia ser objeto de nenhuma agressão ou violência causada por qualquer que fosse o uso de um instrumento, parece incontestável que só foi possível o progresso das sociedades devido ao desenvolvimento tecnológico que a criatividade humana assegurou (Jacquard, 1974). A evolução da sociedade agrária, cujo uso dos recursos tecnológicos provinham da natureza (o moinho d'água, a utilização da força dos animais, dos ventos) para a era industrial, representou uma mudança extraordinária nas relações humanas. Graças ao advento da máquina a vapor e a consequente mecanização dos sistemas de produção, mudanças significativas ocorreram na convivência social, a emergência dos telégrafos, da telefonia, dos navios a vapor, dos automóveis, dos aviões, permitiram uma aproximação, antes então inimaginável, de milhões de pessoas que se encontravam isoladas ou mesmo muito distantes. Porém nada chega aos pés

das mudanças ocasionadas, e ainda em andamento, na informatização dos processos de produção e aos desdobramentos no campo das relações humanas. Com o surgimento da robótica e da internet, uma grande revolução se instalou. A simultaneidade proporcionada pelo ciberespaço com a coletivização instantânea da interação humana levou ao "fim da geografia", a extinção da dicotomia perto/longe, já que não existem mais limites que impeçam a comunicação entre as pessoas (Virilio, 1997).

Não são poucos os que afirmam, sem nenhuma dúvida, que chegamos com a internet na era da aglutinação das pessoas já que, independente das suas diferenças sócio-econômicas, culturais ou sequer de língua, não existem mais barreiras que impossibilitem a comunicação e, conseqüentemente, à aproximação entre todos os habitantes do planeta. Não obstante essa euforia decantada e cultuada, principalmente pelos mais jovens, existem os que chamam a atenção para o fenômeno da exposição desenfreada de tudo e de todos, cada vez mais presente nas inúmeras redes sociais e, por isso, sustentam que em vez de nos encontrarmos na era da aproximação, o que se percebe é nos depararmos com uma manifestação generalizada de exibicionismo, mais precisamente uma "era de exibição" (Maffesoli, 1998). O que espanta ainda mais é a falta de escrúpulos na invasão de privacidade de qualquer um, seja ou não a pessoa um participante das redes ou um simples usuário. A exposição ao ridículo ou à execração pública tornou-se uma rotina, sem que nenhuma inibição de caráter ético ocorra. A linguagem canibalesca utilizada, o desprezo por quaisquer princípios morais, como se fosse quase uma obrigação espionar os outros, causam uma perplexidade aos que se negam a entrar no jogo, ou se assustam devido ao choque de valores ou, ainda, os que tentam desesperadamente compreender o mundo atual que vivemos. Para Baumann (idem) uma explicação

seria a ampliação intensificada do consumo na atual na economia globalizada, onde tudo vira mercadoria e prolifera uma oferta de produtos cada vez mais padronizados. O destaque, a atração, a diferenciação de um produto representa um desafio midiático dos mais ressaltados e valorizados no mercado. Acontece que nesse universo tão concorrido da internet a pessoa vira também uma mercadoria, uma vez que a única forma de ser escolhida, vista, lida, seguida, ou seja, consumida, é saindo da obscuridade, indo para a vitrine, se expondo, se exibindo. Isso além de gerar um tipo relação complicada, um misto de veneração, competição e inveja, dá origem a relações superficiais e muito voláteis. Com a mesma facilidade com que as pessoas se convertem em “amigos”, trocando sôfrega e intensamente ideias, emoções, experiências, basta algum comentário que uma das partes considere inoportuno, desagradável ou desfavorável e, rapidamente, o outro é deletado e, conseqüentemente, a relação extinta. As estatísticas assinalando o aumento vertiginoso de pessoas no mundo que participam de redes se avolumam e funcionam como uma estratégia tentando seduzir os refratários ou recalitrantes. Uma forma indireta de afirmar que aqueles que não se encontram conectados, praticamente não existem... Esquecem-se, no entanto, os ardentes defensores da vida dedicada ao mundo da internet que os dados divulgados somente mostram o aumento inquestionável na quantidade das relações estabelecidas sem, todavia, assinalar a sua volatilidade. E talvez o que venha a ser, ainda, a característica mais relevante a afetar muito negativamente a já difícil trajetória da convivência social no presente, uma época de influências tão marcantes da tecnologia sobre o homem, é a perda da sensibilidade. Pelo que se repara das diversas reações de agressividade, ou de indiferença, ou de alheamento, ou de desprezo, ou de enorme egoísmo, ou ainda de falta total de limites é que as pessoas parecem se comportar como se nada de mal tivessem feito,

como se suas atitudes e ações fossem as mais naturais, como se para elas, afinal, todo mundo procedesse dessa forma.

Esse clima de insensibilidade aos efeitos sobre o outro de seus atos que se configura alastrante, principalmente nas populações mais inseridas e viciadas nas redes, deve ser visto com preocupação. Tendo em vista as perspectivas de grande desenvolvimento tecnológico nessa área, as sequelas na sociabilidade do ser humano podem vir a ser lamentáveis para a convivência futura nas sociedades.

Algumas considerações de caráter conclusivo

Ainda que alguém se sinta o ser mais autossuficiente do mundo, a sua incapacidade de conviver em razoável harmonia com o outro, funciona como um espelho social pois reflete uma imagem de que essa pessoa não está bem consigo mesmo. Excesso de conflitos, agressões, críticas contumazes, menosprezo e intolerância com as dificuldades alheias, enclausuramento ou isolamento sinalizam a presença de problemas existenciais enfrentados por esse sujeito, a despeito de sua cultura, idade e gênero. Logo, não há outra alternativa para o ser humano a não ser tentar superar todos os obstáculos e

dificuldades que impossibilitam uma boa e ampla convivência com o seu semelhante, caso deseje efetivamente atingir o tão almejado estágio de bem-estar e realização pessoal. Entretanto, ao se apreciar toda a narrativa exposta, não faltarão argumentos para que os mais apressados decidam sobre um ou alguns dos aspectos comentados, como saída para os problemas levantados. A solução para uns, quem sabe, estaria na falta de limites ou na falta de controle decorrentes da impunidade que se expande diariamente. Para outros, o embrião se encontra na desigualdade reinante geradora de inveja e compe-

tição. Ou, advogam terceiros, na falta de lideranças que consigam aglutinar as pessoas e levá-las a trabalhar e compartilhar objetivos e interesses comuns. E os que, por último, decretam que a raiz estaria na falta de religiosidade, uma vez que essa é a única verdade suscetível de semear a fraternidade entre os homens e garantir um sentido de vida em comum. Bem, poderíamos elencar as mais diversas propostas redentoras, tivéssemos nós a pretensão de que alguém fosse hábil o suficiente para resolver repentinamente os graves problemas sociais enunciados. Aliás, o pretensioso é aquele que ignora a sua própria ignorância... Todos os pontos aqui enumerados são realmente indispensáveis, mas no máximo atenuantes, mesmo que se seriamente colocados em prática, haja vista que não conseguiriam produzir resultados eficazes e definitivos.

Aproveitando o título e a tese defendida em seu livro “Não se muda a sociedade por decreto” (Crozier, 1979) poderíamos parafraseá-lo ao sugerir que não se muda a cultura pelo voluntarismo. Uma mudança cultural implica em mexer com as nossas crenças, guardadas estas por todos nós como se fossem um valioso tesouro, porque são elas que tornam o nosso mundo mais previsível. Portanto, tal intento requer um conjunto de atores, experiências diversas, vivências capazes de inocular dúvidas nas certezas tão bem preservadas. Em suma, um empreendimento difícil, laborioso, de idas e vindas e nunca de curto prazo.

Não se deseja aqui defender ou fazer a apologia do imobilismo diante das contingências a que estamos expostos como vítimas dos efeitos perversos e das graves sequelas que os problemas sociais são capazes de ocasionar. Frente às diferentes ameaças a que estamos submetidos no nosso dia-a-dia tem-se que agir, tentar de todas maneiras impedir que os danos atinjam a cada um, em particular, e ao coletivo, como um todo. Infelizmente não se conhece

nenhum recurso mágico capaz de produzir uma solução definitiva e rápida para os reveses que inibem a harmonia entre os homens.

A educação, a única luz no fim do túnel

Não se constitui nenhuma novidade invocar-se a educação como a solução para as graves situações ou crises que afetam a convivência nos mais variados coletivos. O que, no entanto, parece extrair-se das intenções subjacentes daqueles que normalmente apelam para o mote “a educação, como a solução”, principalmente os que tentam seduzir os possíveis eleitores ou seguidores de suas causas, é que encontraram uma panaceia e que, por isso mesmo, daí em diante todos os problemas serão resolvidos.

Assim sendo, antes de continuarmos nessa trilha, indispensável será desmitificar o tratamento dispensado por aqueles que, não obstante possam estar bem intencionados, ocupam-se da educação como se esta fosse uma ferramenta à disposição dos gestores, perfeitamente manipulável por intermédio de recursos, verbas e programas hábeis o suficiente para resolver todas as mazelas com que se deparam. Não há dúvida de que priorizar a educação implica em investimentos que assegurem um conjunto de meios materiais e pessoas capacitadas indispensáveis à ampla difusão de todo o processo, ou seja uma educação para todos. Lamentavelmente, a questão é muito mais profunda do que a normalmente alimentada pelo imaginário popular. Além de se ter em vista a educação formal, a propiciada pelas instituições oficialmente habilitadas (escolas, colégios, cursos especializados, faculdades, universidades, etc), devemos também atentar para a grande fonte educacional proveniente dos agentes atuantes nas famílias, comunidades e demais instituições assistenciais, culturais, religiosas,

esportivas e de lazer que participam, muitas vezes até mais ativamente, da formação do futuro membro da sociedade. Resta, além do mais, um olhar a ser direcionado para os educadores, o elemento, a nosso ver não só o mais relevante, como também o mais árduo a ser enfrentado. É que não podemos nos esquecer que o que está em pauta é a mudança cultural e, conseqüentemente, a educação não pode ser a reprodução do status quo responsável por tudo de negativo anteriormente aludido. Neste ponto, uma grande dúvida se instala: quem irá educar os educadores? Infelizmente, mesmo que novos conhecimentos e práticas sejam hoje implantadas, somente as futuras gerações colherão os resultados. Há que se considerar, ainda, que a escola não está preocupada em preparar o aluno para a vida, mas, sim, em capacitá-lo para a sobrevivência profissional no mercado. Por outro lado, a família concentra todo seu empenho em fazer com que os seus filhos vençam na vida, a despeito do outro. Diante do cenário esboçado, muitas medidas seriam necessárias e nenhuma delas de retorno imediato. Para enfrentar o desafio traçado, arrisco-me a sugerir a inserção nas ações educativas de dois pontos que poderiam servir de princípios orientadores no preparo de cada indivíduo para viver no coletivo: a flexibilização da verdade e a negociação como instrumento de obtenção dos desejos.

A verdade, uma fonte de realização ou de desgraça do homem

Que todo ser humano necessita acreditar que o conhecimento que construímos sobre a realidade seja algo verdadeiro é indiscutível. Através das crenças que vamos paulatinamente incorporando e mapeando no nosso trajeto existencial, diminuímos as nossas incertezas, confiando que a nossa vida ficou mais previsível e, por conseguinte, as nossas

decisões mais facilitadas. Mas, por mais conhecimento que tenhamos, por maiores que sejam as comprovações empíricas e/ou formais que colecionemos, infelizmente eles serão sempre incompletos. Como já vimos, a incompletude de todo e qualquer conhecimento revela, antes de tudo, as limitações do homem, pois nunca conseguiremos penetrar e apreender a complexidade do mundo (Morin, idem). Toda erudição acumulada nunca será a cópia do mundo em si, senão uma tentativa frenética de compreender a realidade em que vivemos, sempre tão impenetrável. Aliás, várias são as correntes filosóficas, entre elas o existencialismo, o pós-estruturalismo, o pós-modernismo que sustentam os limites de qualquer conhecimento, em especial os de natureza científica, dado que este se ancora na racionalidade humana e, por esse motivo, impedido de captar toda a amplitude e mistérios que o mundo esconde (Reynolds, idem). À vista disso, devemos, antes de mais nada, entender que tudo aquilo que consideramos verdade não passa de uma crença e, como tal, deve ser tratada. Quanto mais flexibilidade atribuímos ao nosso sistema de crenças menos conflitos geramos. Entretanto, há os que se aferram às suas verdades, como se nelas estivessem sentados, rejeitando e demonizando os que não as aceitam. A quantidade de conflitos e de atos de violência que se registram a todo instante, em diferentes lugares e situações sociais, movidos pelas “verdades” que cada um dos envolvidos obstinadamente defendem, evidencia o enclausuramento a que as pessoas se submetem. As certezas nos impedem de nos abrir para outros pontos de vista e vivências, enfim, possibilidades de preencher as nossas incompletudes. Fugir da atração, cômoda e traiçoeira, dos dogmas, é uma tarefa heroica, mas fundamental para qualquer um, porquanto, somente assim, evitamos que eles se enraízem de forma a se transformar em sustentáculo do nosso projeto de vida. Abandonar os dogmas que

carregamos é a única forma de nos livrar das amarras que nos prendem à xenofobia dos guetos a que ficamos reduzidos e, dessa maneira, nos lançarmos para viver no e com o mundo. Desconfiar sempre de nossas certezas é um bom começo, sem abandonar, no entanto, as nossas responsabilidades pelas escolhas, decisões, deveres, obrigações e limites é o que se espera de cada membro de um coletivo.

A negociação, o mais eficaz instrumento de convivência social

A compulsão única e exclusiva consigo mesmo, a marca de seu narcisismo, nasce com o homem. Nos primórdios de nossa existência o mundo só existe para nos satisfazer e o outro se converte para nós em objeto de nossos desejos. Na medida em que vamos nos socializando e nos desenvolvendo, de repente descobrimos que temos que repartir o que desejamos, porque o outro é também sujeito de seus desejos. Por isso Enriquez (1983) sustenta que o reconhecimento de que estamos irremediavelmente ligados ao outro, a consciência do que significa o vínculo social simboliza, para cada um de nós, um “vínculo trágico”. Com o passar do tempo vamos aprendendo, dependendo obviamente da qualidade do processo de socialização, a negociar os interesses: os nossos, os dos outros e os dos coletivos dos quais participamos. Não existem regras fixas, mas a constância com que se pratica a negociação, o ensaio-e-erro, o sucesso e fracasso, a sensibilidade para avaliar as consequências vão, sucessivamente, regulando as nossas experiências de forma a se tornar um hábito incorporado à nossa maneira de ser. Por conseguinte, o verdadeiro ser humano socializado é aquele que consegue transformar o espaço social percorrido em um campo de negociação continuado.

Uma utopia ou o sonho de um mundo melhor

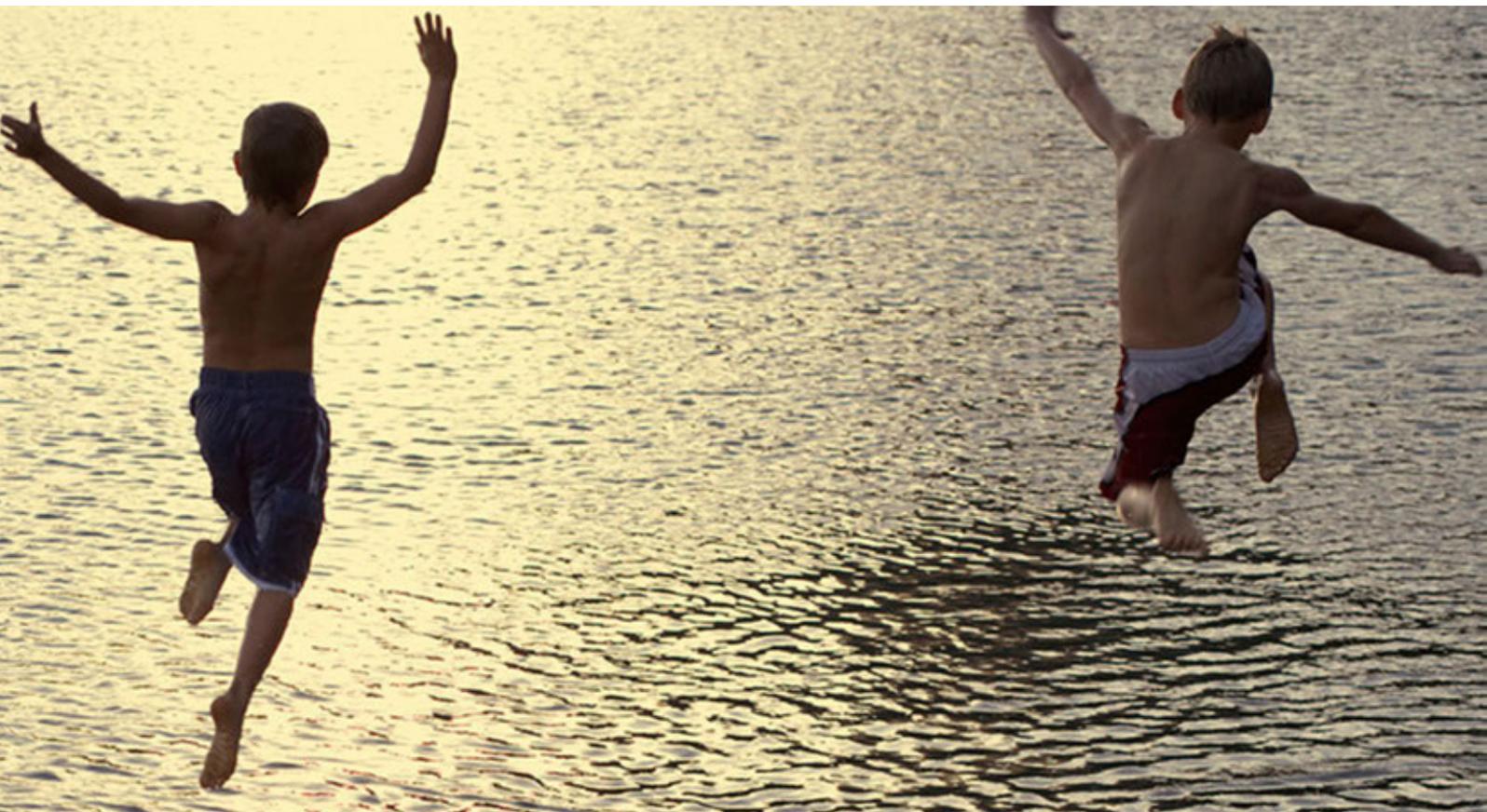
Por pior que seja a narrativa engendrada, nada melhor para se finalizar do que se agarrar a esperança de que o mundo tem jeito, porque afinal somos os únicos agentes dos infortúnios e também os únicos capazes de restaurar o equilíbrio perdido. Idealizar uma sociedade em que cada indivíduo mantenha a sua respectiva singularidade, ao mesmo tempo em que cada um se comprometa com os outros por sentir-se profundamente inserido no coletivo. Coletivo este que zele pelas singularidades de todos os seus integrantes e garanta um padrão negociado de igualdades capaz de conciliar todos os interesses em jogo em prol da respectiva integração social. Além do mais que os agentes educacionais ou de socialização sejam aqueles que consigam ouvir, tolerar, conhecer as limitações e potencialidades de cada um, fazendo com que os vínculos sejam criados e todos ajam em cumplicidade, isto é, se convertam em líderes. Líderes que tenham em mente sempre que o seu objetivo máximo não é decidir, mas, sim, conseguir aglutinar os indivíduos no coletivo para que este, integrado, decida e faça.

Tudo isso acima mencionado pode parecer pura teoria, desejo ou fantasia. Mas, fica sempre como algo, mesmo inatingível, a servir de referência no quanto de trabalho deve e pode ser feito para que um dia o mundo seja melhor de se conviver.

Para terminar, as últimas e breves considerações sobre o culto atual dos sistemas. Não obstante a cultura, como um grande sistema, tenha sido, ao longo da história, sempre entendida como a grande responsável pelo nosso processo de humanização, foi somente após o advento da teoria geral de sistemas e do estruturalismo filosófico que praticamente ficou decretado a morte do sujeito. Com a cumpli-

cidade obtida por intermédio do desenvolvimento das tecnologias de informação, criou-se um cenário no qual as pessoas encontram-se, hoje em dia, totalmente submetidas às exigências, regras, a “vontade” dessa grande entidade - o sistema. Ora, se é incontestável que somos socializados de acordo com os padrões culturais dominantes nas diversas esferas sociais das quais participamos, a dialética do processo nos leva a inferir sobre a nossa condição de ser, simultaneamente, objeto e sujeito. O culto ao

sistema, como uma entidade absoluta e irrefutável, capaz de determinar e nos submeter aos seus desígnios, sem que nada possamos fazer, parece exagerado e equivocado. Somos seres determinados e determinantes e, o que é mais essencial, quem nos socializa não são as sociedades, nem as culturas, nem as instituições, nem tampouco o sistema, mas as pessoas com quem interagimos que ao desempenharem os diferentes papéis assumem a condição de agentes do processo de socialização.



Referências

Adler, A. Superiority and social interest. New York: Norton Publishers, 1979.

Bauman, Z. e Donkis, L. A cegueira moral : a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Benedict, M. “ On cyberspace and virtual reality”. In Man and Information Technology.

Estocolmo: Comissão sobre o Homem, a Tecnologia e a Sociedade na Real Academia Sueca de Ciências da Engenharia - IVA, 1995.

Crozier, M. On ne change pas la société par décret. Paris: Ed. Grasset, 1979.

Delpierre, G. La peur et l'être; Toulouse: Ed. Privat, 1974.

Delumeau, J. História do medo no Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

Enriquez, E. Da horda ao estado: a psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 1991.

Freud, S. Mal-estar da civilização. São Paulo: Ed Penguin, 2013.

Harré, R. El ser social - Madrid: Alianza Editorial, 1982.

Honeth, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed.34, 2003.

Jacquard, P. A história social do trabalho. Vol I, Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

Maffesoli, M. O tempo das tribos. Rio de Janeiro: Forense Editores, 1998.

Morin, E. Ciência com consciência. Mem Martins, Sintra: Ed Europa-América, 1994.

Reynolds, J. Existencialismo. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2014.

Rokeach, M. Crenças, Atitudes e Valores: uma teoria de organização e mudança. Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 1981.

Sartre, J.P. Crítica da razão dialética. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Tillich, P. A coragem de ser. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Virilio, P. Un monde superexposé :fin de l'histoire ou fin de la geographie. In Le monde Diplomatique, agosto de 1997.



Wilson Moura